

**ATA DA REUNIÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
Data: 13/12/2023**

Aos treze (13) dias do mês de dezembro de dois mil de vinte e três (2023), no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, estando presente o **Presidente** Ruy Guedes Barbosa Júnior e os **membros**: Athos Alves (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – suplente), Sebastião de Oliveira Almeida Titulares (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – titular), Gilmar Coutinho (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – titular), Ricardino dos Santos Soares (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – suplente), Constantino Nunes Athanzio (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – suplente), Paulo Antônio Xavier Bento (representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – titular), Luiz Felipe Imenes Mendonça (representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo Mobilidade e Desenvolvimento Sustentável – titular), Ronaldo Índio Brasil (representante da Secretaria Municipal de Manutenção e Serviços – titular), Jonei Santos Petri (representante da Secretaria Municipal de Obras – suplente), Carlos Felipe de Souza Pereira (representante da Agência Reguladora Municipal – titular), Breno Mendes Zanotto (representante da Agência Reguladora Municipal – suplente), José Roberto de Paula (representante do Setor de Trânsito do 9º Batalhão de Polícia Militar – suplente), Raphael de Jesus Arruda (representante da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim – titular), Marcelo Gotardi (representante da Associação Comercial, Indústria e de Serviços de Cachoeiro de Itapemirim – titular), Saulo de Toledo Fraga (representante da Empresa de Transporte Coletivo Intermunicipal – suplente), Lucas Cortezini Bazoni (representante do Sindicato da Indústria da Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Espírito Santo – titular), Hélio Gomes Júnior (representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – Titular), Douglas Auad Cerqueira (representante da Ordem dos Advogados do Brasil – titular). O Presidente às 09h01min abriu os trabalhos saudando os Conselheiros e agradecendo a presença dos mesmos na Reunião. O Presidente consulta a Secretaria se há quórum para iniciar os trabalhos do dia. A Secretaria informa ao Presidente que os trabalhos já podem ser iniciados, uma vez que o quórum estabelecido pelo Regime Interno foi atendido. A Secretaria aproveita para registrar e justificar a ausência dos Conselheiros: Jair Pereira e Josenir Hemeterio (representante do Sindicato dos Motoristas de Cachoeiro de Itapemirim) e Edimar Mendes da Silva (representante da Empresa de Transporte Coletivo Urbano) que não puderam comparecer em virtude de demandas uns de trabalho, outros de saúde. O Presidente inicia os trabalhos consultando se algum dos Conselheiros possui alguma pauta, que deseja apresentar na ordem do dia, além das comunicadas através do grupo do Conselho (WhatsApp e e-mail), não havendo a reunião prosseguiu com a solicitação pleiteado pelo Conselheiro Hélio/CREA, no que se refere a maiores informações sobre uma das ruas que fornece acesso ao HIFA, no Aquidaban (Elefante Branco). O Conselheiro Hélio/CREA, relata que ao passar pela Avenida Bolívar de Abreu, uma avenida larga na subida do HIFA, essa havia sido bloqueada, todavia em caso de urgência e emergência, essa avenida é de suma importância seja para pacientes chegando em automóveis particulares, mas principalmente ao acesso das ambulâncias, pois a agilidade nos atendimentos é uma questão de vida. Passada a palavra ao Conselheiro Luiz Felipe/SEMURB para responder a indagação, por se tratar de uma questão de loteamento, esse informa que o HIFA solicitou ao Município autorização para



ampliação do Hospital, ao analisar o pedido foi identificado que área em questão, tratava-se de uma Rua Projeta originalmente pertencente ao bairro, que equivocadamente foi unificada ao HIFA, quando diagnosticado o erro, despachou-se o processo de rememoração para Procuradoria Municipal (PGM) para anular os atos administrativos anteriores, ou seja, a reabertura da avenida, para assim restabelecer o fluxo normal de veículos, de maneira a garantir a segurança, saúde e o acesso mais tranquilo ao HIFA. O Conselheiro Douglas/OAB, que também é conselheiro do HIFA, pede a palavra e expõe que quando a maternidade do Hospital foi criada no Bairro Sumaré, eram realizados 140 (cento e quarenta) partos por mês, hoje estão em 430 (quatrocentos e trinta) partos, o que está se tornando insustentável, o presidente do HIFA o Sr. Winston Roberto, está tentando um investimento de R\$ 100 (cem) milhões de reais na ampliação do Hospital, no anexo do Bairro Aquidaban, o HIFA se tornou referência, assim a celeridade no processo que corre na PGM é extremamente importante, pois embasará o projeto do Hospital, e por consequência suscitará a obra que beneficiará grande parte da população, em especial as mais carentes, uma vez que se trata de um hospital filantrópico, que atende na grande maioria o SUS, foram apresentadas contas que de 70 a 80% da arrecadação vem do SUS. O Presidente salientou que, caso não esteja enganado, no ano de 2018, a Prefeitura começou o atendimento 24 (vinte e quatro) horas no Pronto Socorro do HIFA do Aquidaban, desafogando a unidade de pronto atendimento do Sumaré, que não era 24 (vinte e quatro) horas. O Conselheiro Hélio/CREA perguntou sobre a possibilidade da criação de um bairro hospitalar. O Presidente respondeu que a criação depende de um estudo prévio através do Plano Diretor de Municipal (PDM), que ocorre a cada 10 (dez) anos, o PDM deriva das necessidades e anseios da sociedade, e direciona a Cidade ao seu crescimento, as áreas/núcleos que são formados a partir do PDM derivam de estudos de impactos (EIV). O Conselheiro Jonei/SEMO explicou que hoje a ideia não é mais de setorizar os serviços, mas no contexto de *smart city* são criadas unidades de saúde, que é o primeiro atendimento do cidadão, para que esses se for o caso só se desloquem para a atendimento específico em caso de necessidade, de maneira a mitigar os impactos de mobilidade urbana no Município, que já é bastante complicado na atual conjuntura. O Presidente prossegue a Reunião com a próxima pauta, *accountability* prestação de contas das ações que a Subsecretária de Trânsito executou em todas as suas áreas no mês de novembro/2023, para tanto passa a palavra ao Subsecretário de Trânsito o Conselheiro Capitão Almeida. O Conselheiro Capitão Almeida informa que o Fundo Municipal de Trânsito (FMT) fechou o mês de outubro/2023 com um saldo de R\$ 1.049.072,98 (hum milhão, quarenta e nove mil, setenta e dois reais e noventa e oito centavos), arrecadou no mês de novembro a importância de R\$ 119.191,45 (cento e dezenove mil, cento e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), houve um rendimento no FMT de R\$ 9.014,50 (nove mil, quatorze reais e cinquenta centavos), e um débito de R\$ 47.454,24 (quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), sendo esses débitos: R\$ 8.363,20 (oito mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte centavos), junto a Empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios; R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), Jevin Comércios e Serviços Ltda (rádios HT); R\$ 36.385,36 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos), pagamento para Empresa Sinales – Sinalização Espírito Santo LTDA (sinalização vertical e horizontal); R\$ 455,68 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), pagamento decorrente de EPI's ao Sistema Viário, assim o FMT findou o mês de novembro/2023 com um saldo de R\$ 1.129.824,69 (hum milhão, cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos). O Conselheiro Capitão Almeida permaneceu a prestando contas da Gerência de Análise, Estatística e de Processamento de Autos de Infração de Trânsito (GAEP), com o detalhamento das



notificações de novembro de 2023, o total das notificações feitas por Agentes de Trânsito, sem ser os Rotativos, 303 (trezentos e três) autuações, notificações emitidas pela Polícia Militar 52 (cinquenta e duas), notificações de Rotativo 635 (seiscentos e trinta e cinco), total geral de notificações 990 (novecentos e noventa). Ainda sob a GAEP processos impetrados na CJDAIT no mês de novembro/2023, 18 (dezoito), nenhum julgado, 167 (cento e sessenta e sete) aguardando julgamento e 05 (cinco) prescrito, decorrido os 24 meses; processos impetrados na JARI, 12 (doze), nenhum processo julgado, 468 (quatrocentos e sessenta e oito) em julgamento e 50 (cinquenta) prescritos; quanto a processos de Indicação de Real Condutor (DIRC) foram impetrados 70 (setenta), 428 (quatrocentos e vinte e oito) notificações de autuação por edital, e 614 (seiscentos e quatorze) notificações de penalidade por edital. O Presidente explicou o motivo pelos quais se deram as prescrições dos processos da JARI e da CJDAIT, tais fatos decorreram das comissões julgadoras ainda não estarem formadas, pois desde 2019 os pró-labores pagos as comissões estão suspensos, no entanto o presente Conselho no mês de julho corrente, aprovou a remuneração para essas Comissões, e desde então começou a tramitação de um Projeto de Lei para que os pró-labores voltem a ser pagos, assim que o projeto tiver atendido todos os parâmetros legais, a Secretaria Municipal de Governo o encaminhará para Câmara Municipal para votação. O Conselheiro Marcelo/ACISCI questiona a respeito o porque do Fundo Municipal de Trânsito, não ser investido em tantas demandas apresentadas pelo Município. O Presidente explicou que Fundo Municipal de Trânsito já possui destinações específicas, tais como: Sinales, Rádio HT, Combustível, Auxílio Uniforme, EPI's, para o próximo ano as despesas decorrentes ao pagamentos as juntas administrativas, o recurso do FMT também é previsto para parte de educação de trânsito, contudo, o recurso não é previsto para manutenção viária, destacou ainda que alguns recursos necessitam de empenho prévio como é o caso da Sinales que necessita para renovação contratual de reservar de FMT. A Reunião prosseguiu com o Capitão Almeida prestando contas da Gerência de Tráfego, houveram 14 (quatorze) processos despachados, 39 (trinta e nove) atendimentos da ouvidoria/SIGO, 01 (uma) substituição semafórica, 10 (dez) manutenção semafórica, manutenções na Subsecretaria de Trânsito 40 (quarenta), foram feitas 09 (nove) canalizações, 03 (três) criptogramas, 57 (cinquenta e sete) implantações de placas, 09 (nove) substituições de placas, 01 (uma) pintura de quebra mola, 02 (duas) pinturas de vaga para deficiente e 02 (duas) pinturas de vagas para idosos, 02 (duas) pinturas de vaga para ônibus e 01 (uma) pintura de vaga de viatura. Quanto a prestação de contas da Gerência de Fiscalização e Operação de Trânsito, o Conselheiro Capitão Almeida apresentou, que foram emitidos 26 (vinte e seis) cartões de idosos e 01 (um) cartão de deficiente, 24 (vinte e quatro) processos foram despachados, 19 (dezenove) interdições de via foram realizadas, 06 (seis) apoio em vias, e 19 (dezenove) remoção de veículos, sendo inclusos nessa remoção os veículos abandonados. Para findar a *accountability* da Subsecretaria de Trânsito, o Conselheiro Almeida relatou os trabalhos realizados pela Gerência de Educação de Trânsito, como as 23 (vinte e três) postagens no *facebook* e 24 (vinte e quatro) no *instragram*, pessoas marcadas nessas postagens (que curtiram, comentaram e/ou compartilharam) 2.707 (duas mil, setecentos e sete), entrevistas em rádio 03 (três), panfletagem 02 (duas), participação em reunião 01 (uma), panfletos entregues 880 (oitocentos e oitenta). A reunião prosseguiu com esclarecimento de algumas dúvidas quanto a viabilidade de mudança de mão de rua, em especial a rua ao lado do Shopping Sul e a rua do Edifício Toronto (subida do Jaraguá), quanto a Rotatória da Itapemirim e a data de sua requalificação. O Conselheiro Gilmar/SEMSEG perguntou quanto a possibilidade de disponibilizar o espaço atrás da Rodoviária Municipal, para deixar de estacionamento para ônibus das concessionárias municipais e intermunicipais. O Presidente respondeu que ao



seu entender, não vislumbrava correto, que caberia cada concessionária providenciar sua área técnica para alocar seus ônibus, o Município até indicou um local próximo a Viação Itapemirim. O Conselheiro Jonei/SEMO informou que a concessionária Novotrans impetrou um processo, solicitando o espaço ora discutido, e por consequência a equipe de Mobilidade elaborou um projeto disponibilizando uma área com vaga para 03 (três) ônibus, na praça da Rodoviária, o referido projeto foi encaminhado para mesa digital do subsecretário de Trânsito, que devido ao excesso de demanda, poderia não tê-lo recebido ainda. O Presidente relatou o fato que no ano de 2017 foram adquiridas 02 (duas) viaturas para o trânsito, que começaram a operar em 2018, e essas viaturas estão rodando há 06 (seis) anos, atualmente ficando mais em manutenção do que se prestando a finalidade a qual foi comprado, que é prestar serviço à comunidade, hoje as alternativas seriam a compra novamente de viaturas ou a locação das mesmas; a locação, por experiências passadas, seria a melhor opção (na locação só se paga pela utilização do veículo, pelo combustível e pelos operadores para trabalhar, quanto ao emplacamento, a manutenção, aos pneus, ao seguro fica por conta da locadora). O Presidente informou que em caso de locação, só seria necessário um Apostilamento em um Contrato já existente, com uma previsão orçamentária para o ano 2024, cada veículo locado sairia na faixa de R\$ 6.790,00 (seis mil setecentos e noventa reais), seriam dois veículos, mensalmente a despesa seria de R\$ 13.580,00 (treze mil, quinhentos e oitenta reais), e em doze meses R\$ 162.960 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta reais), para que se possa melhorar a fiscalização do trânsito. O Conselheiro Douglas/OAB solicita informações quanto as características que acompanham o carro locado, e quanto ao Processo Licitatório para locação. O Conselheiro Capitão Almeida informa, que os veículos serão locados "brancos", cabe a secretaria plotar, e instalar o giroflex (que seria retirado das viaturas antigas). O Presidente esclarece, que por ser um Apostilamento houve por parte do Município, através dos órgãos de controle interno (Controladoria e Procuradoria) um Processo Licitatório anterior, portanto, ocorreu análise de cotação de preço de empresas de locação de veículo, e foi aderida a Ata mais vantajosa apresentada, quando do início do Processo Licitatório. O Conselheiro Douglas/OAB acredita que a locação, por se tratar de uma ferramenta de trabalho dos Agentes de Trânsito, que trará benefício a toda população, e a apresentação da proposta vem sendo de forma bem clara e sanando todas as dúvidas, na sua opinião deve ser votada na presente reunião. O Conselheiro Gilmar/SEMSEG lembrou que os veículos do sistema viário necessitam ser renovados. O Conselheiro Raphael/FAMMOPOCI consulta o Presidente qual o prazo do contrato, que responde que o contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por 04 (quatro) anos, se verificada sua vantajosidade. O Conselheiro ainda elucida que durante o período do Apostilamento, se há possibilidade de se verificar a vantajosidade de novas cotações, para verificação de a manutenção do contrato ainda é a melhor opção, ou se uma nova licitação seria melhor, o Presidente acata a ideia. O Conselheiro Raphael/FAMMOPOCI pergunta sobre o concurso municipal, que não previu novas vagas para Agentes de Trânsito, e como ficaria a fiscalização da Cidade. O Presidente responde, que não foi feita previsão no concurso, porque a Guarda Civil Municipal, com base no julgamento que houve no STF e da Lei nº 13.022, possuem previsão de fazer a fiscalização de trânsito, o que eles necessitam é atualizar o curso de fiscalização de trânsito, o mesmo que será oferecido para os Agentes de Trânsito, e será feito através do SEST/SENAT no início do próximo ano, a atuação dos Guardas Civis Municipais (GCM) é necessária devido a carga horária trabalhada pelos Agentes, que são de 30 (trinta) horas semanais, e de segunda a sexta-feira, enquanto da GCM são 40 (quarenta) horas semanais, e ainda trabalham em regime de plantão (24 horas). O Presidente informa que em 2018, a GCM ao passar pela formação para porte de arma de



fogo, também fizeram 200 (duzentas) horas de aula de trânsito (conforme prevê legislação, para atuar na fiscalização de trânsito), porém a cada 03 (três) anos é necessária a atualização como dito anteriormente, conforme Portaria nº 966 do SENATRAN. O Conselheiro Douglas/OAB com a palavra, sugeriu que incluíssem na votação a plotagem dos veículos ora a serem locados, com a verba do FMT, de maneira a não ocorrer empecilho nenhum a sua utilização, após a locação. O Conselheiro Ricardino/SEMSEG expôs a necessidade de aquisição de veículos para o sistema viário. O Presidente informou, que hoje seria votado a locação de veículos para fiscalização, e no início do ano de 2024 apresentaria as necessidades de locação de veículos para suprir as necessidades dos sistema viário. O Conselheiro Marcelo/ACISCI pergunta sobre a aplicação do recurso do Fundo para atender necessidades da Cidade, e também para suprir carências da GCM. O que o Presidente explica que o FMT, só pode ser aplicado conforme Resolução 875 do CONTRAN, ou seja, com despesas públicas com sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação, só demandas de trânsito. O Presidente salienta que ao planilhar as despesas já correntes do Fundo, verificar-se-á que o saldo remanescente não é tão substancial, mas para o próximo ano pode-se fazer uma planilha de custos. O Presidente passa para votação da locação de dois veículos para atender a fiscalização de trânsito, APROVADA POR UNANIMIDADE; próximo item a ser votado foi a plotagem dos veículos locados, APROVADA POR UNANIMIDADE. O presidente informa que ante as aprovações, dará início aos processos para que o mais rápido possível se possa melhorar os serviços da fiscalização de trânsito. O Presidente informa que no mês de janeiro de 2024, o CMTRAN entrará em recesso, embora não haja previsão no Regimento, mas respeitando os trabalhos da Câmara Municipal, acompanhará o recesso do Plenário e voltará com as Reuniões em fevereiro de 2024. O Presidente desejou a todos um Feliz Natal e que Nosso Senhor Jesus renasça no coração de todos, e um 2024 de muita saúde, muita paz e muita prosperidade, e que todos possam estar juntos no próximo ano na Graça de Deus. O Presidente consultou os Conselheiros se todos receberam a Ata da reunião passada, os mesmos confirmaram que sim. O Presidente perguntou se todos os Conselheiros que participaram da reunião passada e que receberam a Ata, se concordassem com a mesma levantassem as mãos, Ata APROVADA POR UNANIMIDADE. O Presidente solicitou que uma vez a Ata aprovada, todos os Conselheiros a assinassem, lembrando que a mesma será publicada no Diário Oficial do Município (DOM), após assinatura. O Presidente agradeceu os trabalhos da Secretária Executiva do CMTRAN, dos colaboradores, de toda Subsecretaria de Trânsito, do Conselheiros, e de todos os presentes, nada mais a tratar, foi dado por encerrado os trabalhos às 11h 18min. A Ata foi lavrada e assinada por mim, Renata Penha Viana Malek, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Trânsito, pelo Presidente e todos os Conselheiros presentes.

Ruy Guedes Barbosa Júnior  
Presidente/CMTRAN-CI

Athos Alves  
Representante/SEMSEG

Sebastião de Oliveira Almeida  
Representante/SEMSEG

Gilmar Coutinho  
Representante/SEMSEG

Ricardino dos Santos Soares  
Representante/SEMSEG

Constantino Nunes Athanasio  
Representante/SEMSEG

Paulo Antônio Xavier Bento  
Representante/SEMSEG

Luiz Felipe Imenes Mendonça  
Representante/SEMURB

Ronaldo Índio Brasil  
Representante/SEMMAT



Jonei Santos Pedri  
Representante/SEMO

José Roberto de Paula  
Representante/9º Batalhão PM

Saulo de Toledo Fraga  
Representante/Trans. Coletivo Int

Douglas Alad Cerqueira  
Representante/OAB

Carlos Felipe de Souza Pereira  
Representante/AGERSA

Raphael de Jesus Arruda  
Representante/FAMMOPOCI

Lucas Cortezini Bazoni  
Representante/ de Rep. Veic.

Breno Mendes Zagotto  
Representante/AGERSA

Marcelo Gotardi  
Representante/ACISCI

Hélio Gomes Júnior  
Representante/CREA

